

Eleições: o difícil momento da escolha.

No histórico da jovem democracia brasileira, diversos fatos foram relevantes. Após a redemocratização, com a eleição para presidente, via colégio eleitoral, marcou essa experiência o fim da escolha indireta para presidente do Brasil, em 15 de janeiro de 1985. E lá já se vão 29 anos (1985/2014). Durante esse período vivenciamos diversas experiências de eleições em todos os níveis. Erramos e acertamos, mas de concreto, a nossa democracia se fortaleceu. Passamos desde o *impeachment* de um presidente a um dos julgamentos mais emblemáticos da história do Brasil, o mensalão. Na primeira eleição presidencial, logo após o fim do período ditatorial, foram eleitos de forma indireta, via colégio eleitoral, para presidente, o Ex-Ministro da Justiça e Negócios Interiores, ex-primeiro ministro e então Governador de Minas Gerais Tancredo Neves e o Senador José Sarney. Com a morte do presidente eleito, Tancredo Neves, assume a presidência do Brasil, o Senador José Sarney, para o período de mandato de março de 1985 a 31 de dezembro de 1989. Posteriormente o mandato do presidente da república foi alterado para 4 anos. Neste momento, passávamos pela experiência da busca da estabilidade econômica com a utilização de velhas e novas experiências para a solução do problema da inflação. Assim vivenciamos a aplicação de programas de estabilização, como os planos Cruzado (fevereiro/1986), Plano Bresser (junho/1987), e Plano Verão (janeiro/1989). Tais experiências não responderam com frutos duradouros no combate à inflação. Seus resultados, muitas vezes, apresentavam tendência de controle inflacionário de curto prazo e em seguida ocorria a retomada da espiral inflacionária. Complementar às características econômicas da época, com continuidade da inflação, a sociedade brasileira realizou uma nova escolha, e em 15 de novembro de 1989, em primeiro turno, mandando dois candidatos para o segundo turno: Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva, com respectivamente 28,5% e 16,13% dos votos apurados. Em segundo turno, ocorrido em 17 de dezembro de 1989, é eleito Fernando Collor de Mello para governar o Brasil no período 1990/1994, tendo como vice-presidente o senador da República Itamar Franco. A Constituição de 1988 determinava que o mandato presidencial fosse de quatro anos e não referenciava a possibilidade de reeleição. O cenário da época deixava clara a necessidade de se combater a inflação e, diante de tal premissa, o novo governo lança o Plano Brasil Novo (Plano Collor I), que se caracterizou pelo confisco dos ativos financeiros de pessoas físicas e jurídicas. Apesar de “chocar” a sociedade, tais medidas não foram suficientes e tempos depois a inflação voltou a recrudescer. Assim, em 1º de fevereiro de 1991, o governo lança, novamente, um conjunto de medidas, denominadas de Plano Collor II, cuja base, agora, era pelo corte de gastos público e aumento de impostos. E mais uma vez, também, essas duas tentativas não conseguiram debelar a

inflação. Sem êxito no combate ao processo inflacionário persistente, a relação do presidente Collor fica a cada dia mais difícil não só com Congresso Nacional como com toda a sociedade brasileira. Relação essa agravada por repetidos episódios de escândalos envolvendo denúncias de corrupção, o que o levou a um processo de *impeachment*. Para não passar pelo constrangimento do impedimento, o presidente Collor renuncia à Presidência da República em 29 de setembro de 1992. No entanto a renúncia não foi considerada e pela primeira vez na história do Brasil ocorreu o impedimento de um Presidente da República. Assume então o vice-presidente Itamar Franco, em 2 de outubro de 1992, não só para completar o mandato, do agora ex-presidente Fernando Collor, mas também com a responsabilidade de continuidade na busca de solução para o processo inflacionário. Era a senha para o nascedouro do Plano Real, depois de cinco planos visando equalizar a inflação. O sucesso do Programa do Real, por mais que tenha sido criticado, não se pode negar, deu-se pelo brilhantismo de suas medidas como: O Programa de Ação Imediata, a renegociação da dívida externa, a subida dos juros, a instituição do Fundo Social de Emergência – FSE- que não só marca o início de um dos períodos de maior estabilidade econômica já vivenciada pela economia brasileira, mas também demonstra a clara relação existente entre estabilidade econômica e resultado eleitoral. Seguindo na história, em 3 de outubro de 1994, o então Senador da República, Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente do Brasil para o período de 1995/1998. Durante esse período foi aprovada a Emenda Constitucional que versava sobre a reeleição (Emenda Constitucional Nº 16, de 04 de junho de 1997). Assim, o presidente Fernando Henrique Cardoso foi reeleito para mais um mandato, para o período de 1999/2002. Neste momento, a sociedade brasileira faz uma nova opção: não só queria a manutenção da estabilidade econômica mas também a busca pela redução das desigualdades sociais. Ou seja, a ampliação dos programas de inclusão social existentes e novos programas de inclusão. Em uma eleição em dois turnos, o primeiro turno, realizado em 6 de outubro, e o segundo turno, em 27 de outubro de 2002 foi eleito para presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, para um período de 2003/2006, em uma disputa contra o ex-governador de São Paulo, José Serra. Foi uma clara e inequívoca determinação da sociedade brasileira em busca não só da estabilidade econômica, mas também de se colocar na agenda dos governantes a questão social. Em seu primeiro mandato, o presidente Lula da Silva, basicamente manteve a política econômica do governo anterior, não deixando de lado a questão social, o que lhe garantiu a reeleição para o mandato de 2007/2010. Eleição que se deu em dois turnos, contra o atual governador paulista Geraldo Alckimin. A *performance* da economia brasileira, neste período, mesmo depois da crise global de setembro de 2008, e a política expansionista, tanto monetária (expansão de crédito) como fiscal (redução de impostos), utilizada em 2010, levou o presidente Lula a fazer o seu sucessor, com a eleição da presidente Dilma Rousseff, para o mandato de 2010/2014. Contudo, as dificuldades da presidente para realizar as

reformas necessárias para a manutenção da estabilidade e proporcionar uma expectativa de crescimento econômico, medido através do Produto Interno Bruto (PIB), nos leva a um novo e singular momento de escolha. No histórico eleitoral, de 4 em 4 anos ocorre a escolha de Governadores, Prefeitos, Vereadores, Deputados, Senadores e Presidente da República, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País. Ressaltado que não ocorrem simultaneamente as eleições municipais com as eleições majoritárias, sendo a diferença entre as mesmas de dois anos. Assim, neste ano de 2014, teremos as eleições para Presidente, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, que conforme a Constituição Federal deverá ocorrer no primeiro domingo do mês de outubro, em primeiro turno, e, caso necessário, no último domingo deste mesmo mês em segundo turno. Mais uma vez *“a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e nos termos da lei”*. O povo brasileiro deverá escolher o governante do Brasil para o período 2015/2018. Essas informações datavam de 30.06.2014, últimos dias para as convenções partidárias que indicaram as coligações e quem seriam candidatos à Presidente da República e a Governador. São candidatos a presidência da República: Dilma Rousseff (candidata à reeleição – PT), Aécio Neves (PSDB), Marina Silva (PSB), - substitui o Candido morto, em 13.08,2014- Eduardo Campos em acidente aéreo - , Lucina Genro (PSOL), Everaldo Pereira (PSC), José Maria Eymael (PSDC), Levy Fidélis (PRTB), José Maria de Almeida (PSTU), Mauro Iasi (PCB) e Rui Costa Pimenta (PCO). Desses candidatos sairá o presidente do Brasil – o comandante em chefe, seja em primeiro ou segundo turno. O certo é que o presidente eleito terá a difícil missão de restabelecer os fundamentos da arquitetura macroeconômica (ponderação de três fundamentos básicos: controle dos gastos públicos, metas de inflação e o câmbio flutuante) da economia brasileira para que se possa não só estabelecer o controle da inflação como também criar a perspectiva da retomada do crescimento da economia diante da ansiedade da sociedade, carente da urgência da definição de um novo ciclo de crescimento para a economia brasileira levando o país a fugir da armadilha do baixo crescimento. Única medida capaz de ranquear, no cenário econômico-financeiro mundial, posições plausíveis e compatíveis com a potencialidade desse gigante chamado Brasil.